

Paralisações agitam o Distrito Federal

O ano de 1992 vai deixar o Distrito Federal com um recorde que não é motivo de nenhum orgulho: do número de greves de trabalhadores. Foram 79 paralisações, sendo que a maioria no serviço público federal e local. O setor privado também concorreu para que os índices de paralisações crescessem, mas em menor escala, já que, para esse segmento, está em vigor a política que privilegia quem ganha até três salários mínimos.

O secretário de Administração e Trabalho, Renato Riella, justifica o quadro "negro". Ele afirma que o incremento da inflação em 25% em média ao mês, em dois meses, corrói 56% do valor de compra do salário. Aponta, também, que a política do Governo do então presidente Fernando Collor de impor cortes às transferências de recursos para o Governo do Distrito Federal até 1994 trouxe sérias dificuldades, principalmente nas áreas de Saúde e Educação. Justamente aquelas que ficaram mais tempo paradas.

"Quase não ocorreram greves nos regimes celetistas, por exemplo, nas empresas públicas. É que elas estão contempladas com a política de reajustes bimestrais e compensação plena da inflação nos quadrimestres", disse Riella. Ele salienta que no regime estatutário, "infelizmente, a situação não é a mesma". O secretário tem esperança que 1993 será um ano melhor. "Agora, o Governo está sentando na mesa para discutir. E isso é um sintoma que tudo pode mudar", acrescentou.

Raio X — Para fazer um Raio X

das greves na Capital da República, a Coordenadoria do Programa para Assuntos Sindicais da Secretaria do Trabalho passou a editar a partir de julho de 1992 o "Boletim da Greve", um trabalho de acompanhamento de todas as paralisações nas áreas públicas e privadas. O "termômetro" dos movimentos serve para que os órgãos do Governo — local e federal —, as empresas, trabalhadores, sindicatos, Delegacia Regional do Trabalho e o parlamento identifiquem não só as categorias que estão paralisadas, mas, também, as suas reivindicações.

Segundo afirma a coordenadora do programa, Mara Resende, a principal reivindicação dos trabalhadores tem sido a reposição salarial. Ela endossa os argumentos de Riella sobre a "chuva" de greves no setor público regido pelo regime estatutário, ressaltando que a falta de uma política salarial é o principal motivo que leva os trabalhadores dessa área a "cruzar os braços".

Grevismo — O secretário Renato Riella não crê que haja um "grevismo" no Distrito Federal. Mas admite que a CUT se organizou na Capital da República e, hoje, ocupa um largo espaço no meio sindical. Também afirma que as greves são mais "incrementadas" na cidade pela sua projeção nacional. "Uma greve em Brasília tem muito mais repercussão que em Natal ou João Pessoa", salienta.

Mara Resende concorda com Riella e diz que as ações da CUT, no DF, são muito mais acentuadas que em outras cidades.



Professores foram os campeões: 97 dias paralisados em 92

O ano de 92 foi marcado por um recorde de greves de trabalhadores. Foram 79 paralisações durante o período, nos serviços públicos local e federal e também no setor privado. O Governo do Distrito Federal espera que o próximo ano seja de entendimento, sem nenhuma radicalização.

OS NÚMEROS DAS GREVES EM 92*

Governo do DF

Mês	Categoria	Dias parados
Abri	Sine	7
Maio	Professores	72
	Novacap	
	Adm. Escolar	26
	Rodoviários	1
Junho	Médicos	2
	FSS	1
Setembro	Codeplan	4
	SLU	3
	Professores	6
Outubro	Novacap	3
	Professores	14
	Médicos	3
	SLU	1
	Detran	4
Novembro	FSS	20
	Inst. de Saúde	17
	DER	16
	Novacap	3
	Fund. Cultural	10
	Procuradoria	20
	Médicos	26
Total de dias parados: 247		*Fonte: Sec. do Trabalho

Empresas particulares *

Mês	Categoria	Dias parados
Abri	Vigilantes	1
Maio	Rodoviários	3
	Vigilantes	7
Junho	Transp. de carga	3
Agosto	Rodoviários	1
Novembro	Comerciários	1
Total de dias parados: 16		* Fonte: Sec. do Trabalho

Professores em primeiro

Os professores da Fundação Educacional do Distrito Federal (FHDF) são, certamente, os campeões da greve de 1992. Ao todo, eles ficaram paralisados 97 dias, ou seja, pouco menos que 50% dos dias de aulas. Nesse caso, os grandes prejudicados foram os alunos, que ficarão sem gozar férias. As aulas vão até fevereiro. Mas, logo em seguida, começa o ano letivo seguinte.

Os alunos da terceira série de segundo grau foram penalizados porque não tiveram tempo para se preparar para o vestibular do começo do próximo ano. O segundo lugar em paralisações ficou com os médicos da Fundação Hospitalar (FHDF). Eles ficaram 29 dias parados e, no final, radicalizaram o movimento, fechando hospitais e até prontos-socorros, o que contraria a legislação, já que é um serviço essencial.

Tanto médicos como professores voltaram ao trabalho após muita negociação, com o GDF tendo sido obrigado a recorrer ao Governo Federal em busca de verbas para atender suas reivindicações salariais. Em novembro, o governador Joaquim Roriz conseguiu Cr\$ 850 milhões junto ao Ministério do Planejamento para atender somente as áreas de Saúde e Educação. As duas categorias receberam no final das greves os dias parados.

Para buscar um futuro melhor, o governador Joaquim Roriz tenta conseguir mais verbas para o orçamento de 1993. A suplementação de recursos será de Cr\$ 629 bilhões — valores de abril de 1992, e serão canalizados para as áreas de governo financiadas pela União, no caso, Saú-

de, Educação e Segurança.

Ranking — Segundo o Boletim de Greve da Secretaria do Trabalho, 1992 ficará mesmo marcado pelas greves e, o segundo semestre, como o período de maior incidência. Até novembro, somente 12 semanas ficaram sem nenhuma paralisação dos trabalhadores. Entre setembro e novembro, a cidade bateu os "picos" de movimentos grevistas, com todas as semanas sendo "contempladas" pelas paralisações.

Entre as reivindicações dos trabalhadores, a reposição salarial ganha de goleada das outras, suplantando até a isonomia tão decantada por entidades sindicais em uma cidade eminentemente habitada por funcionários públicos dos três Poderes, justamente onde se desenvolve essa demanda. Ela constou na pauta de 23 mobilizações.

A isonomia salarial é a segunda reivindicação. Empatadas na terceira colocação, estão as correções nas tabelas salariais e nas gratificações específicas de cada categoria. Elas apareceram em 10 movimentos. Os cumprimentos de acordos coletivos e os passivos trabalhistas decorrentes do "Plano Bresser" e das Unidades de Referência Padrão (URPs) ainda são questionados. A questão do fornecimento do tíquete-refeição e vale-transporte também foi citada pelo Boletim de Greve.

Curiosamente, as condições de trabalho foram esquecidas pelas entidades representativas dos trabalhadores, aparecendo apenas três vezes nos gráficos da Coordenadoria para Assuntos Sindicais.